

# NOVOS HORIZONTES: A UNIVERSIDADE NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

## Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Coordenador da Ação: Geysa Spitz Alcoforado de Abreu<sup>1</sup>

Autor: Amabile Costa<sup>2</sup>, Guilherme Luiz Porte<sup>3</sup>

### RESUMO:

O PROGRAMA DE EXTENSÃO intitulado “Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade” é composto por quatro ações: 1) “Projeto Incluir” que objetiva expandir as oportunidades de acesso e permanência no Ensino Superior e contribuir para a implementação de uma política de inclusão na UDESC para internos e egressos do sistema prisional; 2) “Formação Compartilhada no Contexto da Educação Prisional”, que visa desenvolver processos de formação para os/as docentes, assistentes sociais e agentes penitenciários que atuam no Sistema Prisional em Florianópolis/SC; 3) “Biblioteca como Espaço Sociocultural e Educativo nas Unidades Penais”, que se propõe a organizar o acervo bibliográfico da Penitenciária de Florianópolis por meio de sua catalogação e classificação a fim de apoiar as práticas educativas ali realizadas; 4) Evento: I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional que tem por objetivos: apresentar e discutir resultados de pesquisas e experiências relacionados a oferta de educação formal e não formal para pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, a fim de fomentar o cárcere como campo de ação acadêmica e contribuir para a permanente formação profissional e pessoal de educadores. Integrando ensino, pesquisa e extensão, o projeto é composto por uma equipe multidisciplinar, interdepartamental e Inter centros. Este Programa foi desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros – NEAB, pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. O Programa está em seu segundo ano de execução e tem como público alvo: Internos e egressos do sistema prisional; professores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade; Professores, acadêmicos e Técnicos universitários; assistentes sociais e agentes penitenciários do sistema prisional de Florianópolis/SC.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos, Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação prisional.

## 1 INTRODUÇÃO

Este Programa de Extensão teve início com um Projeto em 2016. Ao tomarmos conhecimento das demandas por oportunidades educacionais, em especial, pela necessidade de incentivar o acesso ao ensino superior às pessoas

1 Doutora em Educação, professora do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: [geysa.abreu@uol.com.br](mailto:geysa.abreu@uol.com.br)

2 Graduanda em Biblioteconomia habilitação em Gestão da Informação. Bolsista de extensão no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB. Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade. E-mail: [amabilecosta.m@gmail.com](mailto:amabilecosta.m@gmail.com)

3 Graduando em Teatro. Bolsista de extensão no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB. Programa Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade. E-mail: [guilhermeporree@gmail.com](mailto:guilhermeporree@gmail.com).



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



Fórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



privadas de liberdade. Os autores do projeto, elaborado no âmbito de atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC), buscaram o apoio da Pró-reitoria de Ensino da UDESC (PROEX) e do Reitor, em exercício, para iniciar um projeto piloto que, a princípio, pretendia apenas efetivar uma parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania para levar o vestibular aos reeducandos do Sistema prisional de Florianópolis. Aos poucos, novos professores, técnicos e estudantes foram se agregando ao projeto e novas ações puderam ser planejadas com o apoio da PROEX da UDESC.

Dentro dos presídios, o direito à educação é visto como um benefício e até um privilégio. Como consequência, o estabelecimento penal tem servido mais à punição do que à recuperação do apenado. Apontamos uma realidade para o sistema carcerário catarinense: a presença de bibliotecas sem a atuação de bibliotecários, na sua organização e gestão. Destacamos, que pelo menos metade das unidades penais já oferece a remição da pena pela leitura e, a partir de 2011, lembramos ainda, a obrigatoriedade do ensino médio em estabelecimentos penais (LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011 que altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho).

Entendendo que é preciso buscar formas de ampliar o acesso à educação a fim de promover a reintegração social e o desenvolvimento do potencial humano, este Programa de Extensão é composto por quatro ações que serão descritas no próximo tópico.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O Programa de Extensão 'Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade' se constitui de quatro ações. A primeira, intitulada “Projeto INCLUIR”, objetiva expandir as oportunidades de acesso e permanência no Ensino Superior e contribuir para a implementação de uma política de inclusão na UDESC para internos e egressos do sistema prisional. Esta ação teve início em junho de 2016, oferecendo o vestibular de inverno da UDESC dentro do Complexo



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



Fórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



UNIOESTE  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Pr. Rector de Extensão - PROEX



INSTITUTO  
FEDERAL  
Paraná

REALIZAÇÃO:



UNILA | PROEX  
UNIVERSIDADE  
NACIONAL  
de Londrina

Penitenciário de Florianópolis. Foram 64 candidatos inscritos e as provas ocorreram no mesmo dia de aplicação para a Comunidade em Geral. Naquele mesmo ano, o vestibular de verão da UDESC aconteceu dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis e também no Presídio Industrial de Joinville.

Em 2017, a ação continua com a perspectiva de ampliação para novas unidades prisionais dentro do Estado. A motivação tem sido o desejo de fomentar uma maior presença na UDESC de membros de grupos historicamente marginalizados, estendendo a universidade aos sujeitos em situação de privação de liberdade, a exemplo do que já acontece em outras universidades do país.

A segunda ação do Programa de Extensão trata-se do Curso de Formação Compartilhada no Contexto da Educação Prisional, que visa desenvolver processos de formação para e com os/as docentes, assistentes sociais e agentes penitenciários, que atuam no Sistema Socioeducativo e no Sistema Prisional em Florianópolis/SC e região. O Curso promove encontros mensais, com 8h/a presenciais e uma carga horária à distância. Foram oferecidas inicialmente 50 vagas, mediante acordo com as instituições parceiras para a liberação dos professores e assistentes sociais para poderem frequentar a parte presencial do Curso. As avaliações têm sido muito positivas e a procura por novas vagas é crescente. Os agentes prisionais serão incluídos no Curso no segundo semestre de 2017.

A terceira ação intitula-se a Biblioteca como Espaço Sociocultural e Educativo nas unidades penais. Para o ano de 2017, esta ação se propõe a organizar o acervo bibliográfico da Penitenciária de Florianópolis por meio de sua catalogação e classificação a fim de apoiar as práticas educativas ali realizadas. Conseguimos envolver bolsistas e estagiários, sob a supervisão de uma professora da UDESC do Curso de Biblioteconomia e, graças ao trabalho realizado, a unidade conseguiu a aprovação do projeto de remissão de pena pela leitura, antes não autorizado devido às más condições do acervo. Dois bolsistas do Programa Novos Valores foram disponibilizados pelo DEAP para colaborar no trabalho.

Por fim, o I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional aconteceu nos dias 30 e 31 de maio de 2017. Envolveu participantes de diversos Estados



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimentoFórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



brasileiros e professores e estudantes estadunidenses. Foi composto por Conferências, Mesas-redondas, apresentações orais de trabalhos resultantes de pesquisas e relatos de experiências em dois Grupos de Trabalhos: GT 1: Educação e Direitos Humanos: Estudos e Pesquisas e GT 2: Arte, Educação e Cidadania: Relatos de Experiências, além de exposição de roupas e acessórios customizados produzidos pelas presas de uma unidade do Estado sobre a supervisão de uma professora do Curso de Moda da UDESC.

Integrando ensino, pesquisa e extensão, o Programa é composto por uma equipe multidisciplinar que partilha da premissa de que uma universidade que se proponha inclusiva precisa buscar a aproximação com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como os movimentos sociais e a gestão pública.

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A presença de novos contingentes de estudantes traz à tona a questão da diversidade de grupos e sujeitos historicamente excluídos do direito à educação e, de um modo geral, dos demais Direitos Humanos. São muitas as contradições que marcam a sociedade brasileira. Tais contradições precisam ser reconhecidas e exigem o compromisso e a participação dos vários agentes públicos e da sociedade com a realização dos Direitos Humanos.

Assim, cientes da fragilidade histórica do papel da universidade e visando contribuir para alterar esse panorama, este programa de extensão tem contribuído para implementar uma política que favoreça a diversidade e promova o acesso ao ensino superior público para um grupo tradicionalmente excluído.

Deste Programa de Extensão resultou o Termo de Cooperação n. 077/2017 assinado pela Secretaria de Justiça e Cidadania, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ministério Público de Santa Catarina e Universidade do Estado de Santa Catarina.

Novas ações precisarão ser planejadas, com o apoio das instituições parceiras, visando atingir os objetivos estabelecidos pelo Programa. Apenas para



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimentoFórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



exemplificar, o número de inscritos têm crescido, bem como o número de aprovações, contudo, ainda não tivemos nenhum candidato privado de liberdade matriculado. Uma revisão das normativas de matrícula da UDESC é um exemplo concreto das novas ações a serem realizadas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inestimável a contribuição à sociedade essa abertura aos privados de liberdade como ação afirmativa, compreendendo a prática educativa como elemento fundamental à mudança comportamental em auxílio às atividades pedagógicas que se desenvolvem junto àqueles que cumprem pena temporariamente nos estabelecimentos penitenciários, criando “novos horizontes” quando do retorno a liberdade.

Assim, é indiscutível a necessidade de políticas públicas e ações da sociedade que visem a ampliação de oportunidades educacionais que possam auxiliar na inserção social de presos e egressos, na prevenção e redução da violência na sociedade e a redução de pessoas encarceradas.

Neste sentido, este programa de extensão, ao desenvolver ações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, deverá ter repercussões positivas dentro e fora da universidade.

#### AGRADECIMENTOS

Registra-se aqui os agradecimentos a Reitoria pelo apoio recebido, a Pró-reitoria de Extensão Cultura e Comunidade - PROEX pelo financiamento e duas bolsas de extensão concedidas ao Programa, à Coordenadoria do vestibular por viabilizar a aplicação das provas dentro das unidades penais, mediante o pagamento dos fiscais e professores que trabalham na aplicação e supervisão do vestibular.

Agradecimentos sinceros às instituições parceiras: Secretaria de Justiça e Cidadania, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Ministério Público de Santa Catarina.



APOIO:

Integração  
que gera energia  
e desenvolvimento



Fórum de Pró-Reitores  
de Extensão  
das Universidades Públicas  
Brasileiras

CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



## REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Programa de Extensão: Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade. PROEX-UDESC. 2016.

ALFABETIZAÇÃO e Cidadania: revista de educação de jovens e adultos. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2010. In: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARREIRA, Denise. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras / - São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006 A.

\_\_\_\_\_. Por uma Política Nacional de Execução das Medidas Socioeducativas: Conceitos e Princípios Norteadores. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006 B.

\_\_\_\_\_. Parâmetros para a Formação do Socioeducador: uma proposta inicial para Reflexão e Debate. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006 C.

\_\_\_\_\_. Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: Perspectivas e Desafios. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006 D.

\_\_\_\_\_. As Bases Éticas da Ação Socioeducativa: Referenciais Normativos e Princípios Norteadores. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006 E. OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES – UNESCO. Na vida estamos em constante aprendizagem, mesmo não querendo aprender. Bélgica: UNESCO, 2005.

RODRIGUES, Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Apud MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A fatalidade biológica: a medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas. In: MAIA, Clarissa Nunes et alii (orgs.). História das prisões no Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 277-317.



APOIO:



CO-ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:

